COMISSÃO PARA OS DIREITOS DO POVO MAUBERE *

INFORMAÇÃO

TIMOR-LESTE

PERIODICIDADE MENSAL PREÇO AVULSO: 20$00 N.º 33 OUTUBRO 1988

Xanana Gusmão a Mons. Lopes: "Diga aos políticos portugueses..."

Em finais de Agosto, Mons. Martinho da Costa Lopes, antigo Administrador Apostólico de Dili, dava a conhecer uma carta que lhe tinha sido enviada por Xanana Gusmão, presidente do CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional), acompanhando dois galhardetes confeccionados por uma guerriheira de nome Luísa nas montanhas de Timor-Leste e dirigidos ao Primeiro-Ministro português e ao Presidente da AR.

Datada de 10 de Março deste ano, a carta está marcada pelos receios com que de Timor-Leste se olhava então as oscilações das autoridades de Lisboa, expressos no programa de governo, e que tinham sido distorcidas e amplificadas não só pela imprensa indonésia como pela imprensa australiana.

Apesar deste "desfasamento", ela representa, uma vez mais, uma clara tomada de posições sobre o que o CRNN considera motivo de negociação e o que considera inegociável na luta que o opõe ao colonialismo indonésio. O que, num momento em que os aspectos políticos do problema começam a ganhar um lugar central, constitui um elemento de fundamental importância.

Entretanto, logo após o seu regresso de férias, Cavaco Silva recebeu Mons. Martinho Lopes, com quem debateu o problema de Timor-Leste durante uma hora. Quanto a Vítor Crespo, limitou-se a mandar a secretária receber o galhardete. Pode ser que para a próxima, a guerrilheira Luísa lhe envie outra coisa...

Meu querido Monsenhor Martinho Lopes, (...)

1 — Após 12 anos consecutivos de uma guerra de ocupação militar, durante os quais Jacarta se tem movimentado numa diplomacia cuidada e incessante, Portugal só demonstrará uma clara e sincera intenção política de cumprir o mandato constitucional (e as promessas que tanto o Presidente da República como o Primeiro-Ministro fizeram no sentido de receber os representantes do Povo de Timor-Leste), se não vier a vergar-se perante a intransigência da Indonésia, comprometendo assim as suas obrigações como potência administrante.

Diga aos políticos portugueses, Monsenhor, que para nós a definição do problema é claríssima: o arrastamento do caso tem a virtude diplomática de permitir que a Indonésia arrume definitivamente a questão, levando a opinião internacional a aceitar "um facto consumado", desde 7 de Dezembro de 1975.

Efectivamente, sabemos que é demasiado longo o tempo em que Portugal estava liberto de quaisquer preocupações quanto a Timor-Leste e, neste sentido, poder-se-ia facilmente chegar à conclusão de o Povo Maubere "aceitou já a integração". É precisamente neste aspecto que peço para transmitir ao Governo Português que:

— rejeitamos todas as manobras políticas e diplomáticas tendentes a alienar-nos para um "estatuto de autonomia" (especial ou não), como a única via para não continuarmos a morrer pela nossa Pátria, pelo que deveríamos aceitar a brutal agressão e a criminosa ocupação militar de Timor-Leste;

— repudiamos energicamente que à nossa resistência ao agressor indonésio e à nossa persistente luta pela independência nacional se queira atribuir apenas o sentido inócuo de uma "desesperada luta" em que a todos "suplicássemos ardentemente" se fizesse pressões sobre Jacarta para que:

a) nos deixasse falar o português, permitindo assim a Portugal orgulhar-se, pelos séculos fora, da sua "presença cultural no extremo oriente" como um marco colonial para preencher o saudosismo dos descobrimentos;

b) nos assegurasse o privilégio de sermos em Timor, maioritariamente católicos;

c) nos iludisse com promessas de não "javanizar" a etnia mauberiana.

2 — O facto de mais de 200.000 timorenses numa população de pouco mais de meio milhão de habitantes, terem dado a vida em defesa da sua Pátria, bem como um outro facto não menos espectacular de uma resistência armada a entrar no seu décimo terceiro ano, não podem reduzir-se minimamente a "tais direitos" que, por malabarismos diplomáticos, se pretende impingir ao Povo Maubere.

Diga aos políticos portugueses e ao Governo Português que constitui para nós uma questão de ética:

— explicar correctamente o motivo pelo qual o ocupante indonésio empregou as mais diversas formas de terror, que culminaram nos maciços massacres infligidos à população indefesa;

— não trair nunca o mar de sangue derramado em defesa

NESTE NÚMERO:

- **Carta de Xanana Gusmão a Mons. Marinho Lopes**
- **CEE quer referendo em Timor-Leste**
- **História de uma emboscada**
- **Abertura ou não-abertura, uma falsa questão**

da Pátria.

— não negar nem agora nem depois os mais terríveis sofrimentos por que passou o Povo Maubere com um pesado preço de sangue de mais de 200.000 vidas que a consciência patriótica do nosso Povo cobrou pela resistência a um gigante agressor.

E que constitui uma questão de princípios que sempre nortearam a nossa luta:

— assinalar convenientemente e não esquecer jamais a brutal invasão da nossa Pátria em 7 de Dezembro de 1975;

— afirmar continuamente o profundo alcance político de uma resistência popular generalizada;

— não desvirtuar nunca, em circunstância alguma, o objectivo da independência nacional por que nos temos batido — o qual corresponde aos legítimos e supremos anseios do Povo Maubere.

É neste contexto que reafirmo a nossa disposição de prosseguir na luta armada, sejam quais forem as consequências que nos imponham, porque consideramos ser justa a nossa luta e constituir uma oposição firme e inequívoca ao abusivo desrespeito pelas resoluções da ONU e à ostensiva violação dos princípios contidos na Carta das Nações Unidas.

3 — Apesar de Jacarta possuir considerável vantagem nesta maratona diplomática, em que o único adversário é apenas a sua contínua incapacidade de exterminar a guerrilha, a Indonésia revela um empenhamento invulgar neste campo, tendo não só comprometido o próprio Vaticano a secundar-lhe os intentos, como até enviado núncios a Jacarta e insistido com o Administrador Apostólico e seus colaboradores italianos e espanhóis para nos aliciarem à capitulação. Dada, porém, a situação precária de condições materiais, que não nos permitem, como desejaríamos, responder adequadamente à agressão da Indonésia, acrescida de violações das normas internacionais e dos direitos legítimos do nosso Povo, resta-nos permanecer firmes inabaláveis na rejeição categórica dos arranjos diplomáticos da ONU, que parecem obedecer aos desígnios de Jacarta.

Diga, pois, Monsenhor, ao Governo Português que, se se dispõe a obedecer, como a ONU, às ordens de Jacarta, acenando-nos com outros direitos que não os fundamentais, que assistem ao nosso Povo, só suplicamos de joelhos (se para tanto for necessário) para que o faça tão depressa quanto possível, mas... sem humilhar o Povo Maubere, alegando, por exemplo, direitos de Portugal, como potência administrante e invocando um passado de presença secular... para aceitar em troca da anexação de Timor-Leste pela força, a fantasia de "preservação de laços culturais".

Reduzir a nossa luta apenas a este aspecto é ofender o nosso Povo no que tem de mais íntimo e mais sagrado na alma Maubere!

Monsenhor, transmita o nosso apelo ao Governo e aos políticos portugueses, um apelo formulado em nome de mais de 200.000 timorenses, que deram a sua vida pela PÁTRIA MAUBERE, para que, ao aceitar as conveniências políticas (em que uma diplomacia profunda e envolvente de Jacarta não descansa em oferecer-nos em troca da nossa vida, como, aliás, salientou o Núncio em Jacarta, "um estatuto especial de integração") Portugal se abstenha de afirmar que foi um resultado satisfatório dos seus esforços (e da ONU que conseguiu assim pôr fim ao "litígio entre Lisboa e Jacarta", segundo o mandatário das Nações Unidas) o facto de ter conseguido da Indonésia a concessão, de se manter, em Timor-Leste, a língua portuguesa (ou autorização para as crianças executarem, em cada 7 de Dezembro, o 'vira-vira' ou o 'bailado de S. João', como um defunto símbolo histórico da presença portuguesa no extremo oriente!

* * *

Receba, querido Monsenhor, as saudações de todos os membros da Direcção e de todos os guerrilheiros, e de mim um abraço daqui, de longe, das montanhas azuis da nossa querida Pátria!

Timor-Leste, aos 10 de Março de 1988. □

CEE quer referendo em Timor-Leste

Na semana de 12 a 16 de Setembro decorreu em Estrasburgo o período de sessão plenária do Parlamento Europeu correspondente ao mês de Setembro. Marcando a "rentrée" política após o período de férias, eram aguardados com grande interesse os resultados dos debates e votação do relatório aprovado pela Comissão de Assuntos Políticos, sobre Timor-Leste. Essas espectativas não foram defraudadas: a polémica em torno do documento foi grande e no rescaldo dos trabalhos a Indonésia sofria uma significativa derrota, mau grado os esforços dispendidos pela sua diplomacia.

PERSPECTIVAS SOMBRIAS

As perspectivas aquando do início da sessão eram algo preocupantes. Com efeito, em elaboração há mais de um ano, o "Relatório Van den Heuvel " (nome da relatora, uma eurodeputada socialista holandesa), tinha já sido sujeito duas vezes à apreciação da Comissão Política, tendo sido dado por concluído e votado apenas em Junho passado, altura em que se verificaram 15 votos a favor, 10 contra e uma abstenção.

Associada a esta votação quase tangencial, verificava-se uma importante ofensiva diplomática indonésia, consubstanciada no bloqueamento da discussão sobre Timor-Leste na Subcomissão dos Direitos Humanos da ONU (finais de Agosto) e na candidatura à presidência do Movimento dos Não-Alinhados, a decorrer então em Nicósia. Outro poderoso trunfo com que a Indonésia contava era o relatório elaborado por quatro eurodeputados (Beate Weber — social-democrata alemã; Guy Guermeur — gaulista francês; Bryan Cassidy — conservador britânico e Van Raay — democrata-cristão holandês) relativo a uma visita de dois dias e meio efectuada a Timor-Leste, a convite do parlamento indonésio e paga por este país. Esse relatório, globalmente em consonância com os pontos de vista da Indonésia, estava a ser amplamente difundido e utilizado pela sua diplomacia

INDONÉSIA EM FORÇA

A importância desta votação no Parlamento Europeu foi claramente entendida por todas as partes envolvidas. A Indonésia fez deslocar a Estrasburgo uma equipa de diplomatas, chefiada pelo seu embaixador em Bruxelas, a qual se multiplicou em contactos visando o aliciamento de adeptos para as suas teses. Entre outros, foram abordados (em bases várias, que iam desde o simples pequeno-almoço à promessa de viagens pagas à Indonésia ou mesmo à entrega de ofertas) os deputados Newens (trabalhista inglês, relator substituto), Van der Lek (ecologista holandês, subscritor de uma proposta de resolução sobre Timor-Leste), a relatora Van den Heuvel e Simonne Veil (presidente do grupo liberal e reformista).

O empenhamento por parte de Portugal foi bastante grande, tendo os eurodeputados portugueses de todos os grupos políticos tido um papel de realce no desenrolar do processo. Com efeito, em reuniões dos respectivos grupos, quer previamente à sessão plenária do parlamento, quer no decurso da mesma, expuseram a justeza do conteúdo do projecto do relatório e a importância de uma forte votação a seu favor. Foi ainda por convite dos grupos socialista, democrata-cristão e comunista que estiveram presentes a acompanhar os trabalhos respectivamente os dirigentes da Convergência Nacionalista (Abílio Araújo e Moisés do Amaral), o ex-administrador apostólico de Dili (D. Martinho Lopes) e um representande da CDPM. O governo português fez deslocar a Estrasburgo o diplomata responsável pela condução do problema no MNE, Quartin Santos, o qual deu um significativo apoio aos eurodeputados portugueses. Presente ainda um elemento do grupo de solidariedade holandês Komittee Indonesia.

"RELATÓRIO VAN DEN HEUVEL": UMA VITÓRIA IMPORTANTE

O texto aprovado é politicamente bastante bom. Não se ficando pela condenação formal da Indonésia e pelo levantamento de questões de princípio, inclui no articulado formulações novas (referência explícita à Convergência Nacionalista, como representante do povo de Timor-Leste, menção explícita do "direito à autodeterminação, incluindo o direito à independência", indicação do referendo como forma viável da sua concretização). Faz também recomendações a órgãos comunitários com inegável repercussão prática: pede à Comissão Política e às instituições da CEE que tenham em conta a situação de Timor-Leste nos futuros contactos com a Indonésia, inclusive no quadro da cooperação CEE/ASEAN; pede à Comissão auxílio adequado e directo tanto a Timor-Leste, como aos campos de refugiados; insta os MNE's dos 12 à tomada de acções diplomáticas concertadas sobre a questão; insta os Governos dos Estados membros a suspender a venda de armas à Indonésia e, finalmente, solicita ser informado pela Comissão Política num prazo de 6 meses, sobre os progressos realizados.

Não alimentando demasiadas ilusões sobre o real valor da posição do P.E. (o principal efeito imediato desta condenação comunitária da atitude indonésia é um reforço da posição negocial portuguesa e um descrédito da diplomacia indonésia) existem alguns aspectos a realçar. Em primeiro lugar, o impacto junto da classe política e da opinião pública portuguesa (que compreendeu que um trabalho devidamente preparado e apoiado em posições firmes pode conduzir a vitórias e que a expressão "lobby pró-indonésio" não é apenas uma figura de retórica); em segundo lugar, o comprometimento perante o Parlamento de órgãos executivos da Comunidade (Comissão e Conselho de Ministros) no apoio e desenvolvimento a várias iniciativas. Por último, o conhecimento adquirido quer pela Convergência Nacionalista, quer pela Solidariedade, dos mecanismos de funcionamento do P.E., dos canais a utilizar e o estabelecimento duma série de contactos que poderão viabilizar a abertura de mais uma frutuosa "frente" de trabalho. □

História de uma emboscada

Notícias chegadas de Timor-Leste durante o passado mês de Setembro e veiculadas para o exterior pela Comissão Secreta da Resistência Nacional dos Estudantes Timores (CSRNET), descrevem a emboscada organizada pelos guerrilheiros a uma força de "boinas vermelhas" indonésios (o equivalente aos nossos Comandos) e que já tínhamos aqui referido na nossa última edição (ver Informação Timor-Leste, **n.º 32).**

De acordo com a CSRNET, de há tempos que as autoridades coloniais vinham promovendo **"contactos pacíficos com a Resistência através da Igreja Católica".**

Esses contactos foram confiados a um grupo composto pelo padre salesiano, originário de Itália, **Eligio Locatteli,** director da Escola Técnica de Fatumaca, Baucau, por **Aleixo Ximenes,** presidente da Assembleia distrital de Baucau. por **Joaquim Guterres**, régulo de Venilale e antigo comandante dos Hansip (milícia composta por timorenses ao serviço da tropa indonésia) daquela região, e por um jovem de nome **Ernesto,** elemento de ligação de Guterres à montanha.

Desses contactos nasceu um acordo com a Resistência que permitiu que 17 crianças em idade escolar pudesse **"deixar o mato e vir estudar no colégio Futamaca-Baucau, sob a orientação e responsabilidade directa do reverendo padre Locatteli e de Joaquim Guterres".**

A administração indonésia deve ter considerado este acordo uma grande vitória, já que ele poderia representar a cooptação dos jovens que andavam no mato (recordemos a notícia aqui dada na nossa última edição dos 300 estudantes de Nastarbora que se juntaram aos guerrilheiros) e por seu intermédio abrir uma porta para a "recuperação social" de parte dos "vagabundos da Montanha".

E terá sido, muito provavelmente, esta (aparente?) vitória que os terá entusiasmado a preparar uma armadilha aos dirigentes do CRRN (Conselho Revolucionário de Resistência Nacional), entre os quais pretenderiam incluir Xanana Gusmão, tirando partido do grupo de contacto existente.

Assim, no dia 2 de Agosto passado, **"um pelotão de boinas vermelhas, especializado na técnica moderna de antiguerrilha e já com plano de captura ao Comandante da Resistência Xanana Gusmão, foi instruído para dar segurança e protecção ao grupo intermediário neste contacto pacífico com o grupo da Resistência. Marcado o local de encontro entre o grupo intermediário e a Resistência, no dia e hora determinados os guerrilheiros foram os primeiros a ocupar o local, preparando assim uma grande emboscada ao pelotão de boinas vermelhas, porque o CRRN já tinha sido informado sobre o plano de captura dos militares indonésios (...) Quando apareceu o grupo intermediário no local marcado, acompanhado pelo pelotão de boinas vermelhas, sem darem por isso, entraram numa zona de envolvimento, começando eles por sua vez a montar a sua emboscada dentro da grande emboscada dos guerrilheiros. À hora marcada, quando se deu o sinal para iniciar o encontro, apareceu a delegação do CRRN, sem o Comandante Xanana Gusmão, que se aproximou do grupo intermediário. Vendo isto, o pelotão de boinas vermelhas começou a envolver, pensando eles que estivesse na delegação o Comandante Xanana Gusmão. Vendo esta reacção das forças vermelhas, os guerrilheiros por sua vez começaram a apertá-los pela traseira, surgindo por todos os**

cantos do local de encontro. As forças de boinas vermelhas indonésias, assustadas, reagiram contra os guerrilheiros, e deu-se então grande troca de tiroteio no local, acabando por ser exterminado totalmente aquele pobre pelotão de boinas vermelhas. O grupo intermediário, protegido pela delegação do CRRN e guerrilheiros, escapou-se daquela crítica situação."

Como consequência desta acção, Joaquim Guterres e o seu emissário, o jovem Ernesto, foram presos pelos militares de Baucau e enviados para o **Kopskam** (Comando Operacional de Segurança) de Dili onde foram submetidos a interrogatórios sob tortura. Aleixo Ximenes conseguiu escapar aos militares e refugiu-se em casa do Bispo Belo, em Lecidere. Quanto ao padre Locattelis foi também chamado ao Kopskam de Dili para "declarações".

Ainda segundo a CSRNET, **"desconhece-se a situação das crianças timores da Resistência que estavam sob o amparo do reverendo padre Elígio Locatteli e do régulo de Venilale, sr. Joaquim Guterres, em virtude do caso sucedido".** □

Abertura ou não-abertura, uma falsa questão

O isolamento imposto a Timor-Leste faz parte da estratégia do ocupante para a indonesianização do território.

Este isolamento é imposto não só nas relações com o exterior como também no interior de Timor-Leste. Para se deslocar no interior do território, a população necessita de possuir uma guia de marcha (surat jalon) **em que já vem mencionada a data do regresso para a zona habitual de residência; nas deslocações para o exterior é necessário o "registo criminal". A entrada de estrangeiros também está fortemente condicionada: os locais a visitar são pré-determinados e sempre acompanhados por elementos dos serviços de segurança.**

Esta situação já não satisfaz nem aos próprios representantes indonésios em Timor-Leste.

Mário Carrascalão

Em Junho de 88 o governador Mário Carrascalão afirmou que tinha pedido ao presidente Suharto que declarasse Timor-Leste uma "província" aberta. Fundamentava esse pedido na necessidade de um maior ritmo de desenvolvimento a fim de aumentar tanto o nível de vida como o crescimento económico.

O apelo de Carrascalão não realça apenas o facto de que se trata de um território fechado mas também revela a grave situação económica vigente. Até agora o governador justificava o isolamento de Timor-Leste com base no facto de que os timorenses precisavam de protecção contra a competição dos indonésios melhor qualificados para ocuparem os empregos destinados aos naturais. Agora argumenta que o isolamento não impediu a entrada de indonésios que têm vindo a ocupar os melhores empregos.

As empresas que vão fazer trabalhos para o território levam os seus próprios assalariados não originando aumento da oferta de emprego.

Em relação à situação sócio-económica do território é o próprio governador de Timor-Leste que avança com números bastante significativos:

★ O desemprego aumentou 65% no ano fiscal de 1986/87 relativamente ao ano anterior e menos de 1% das pessoas à procura de emprego conseguem colocação. Carrascalão adianta que o número de desempregados é difícil de apurar visto que o sistema administrativo nos concelhos e postos não têm dados completos (**Kompas**, 29/6/88).

★ Cerca de metade da população ainda é analfabeta ou está apenas virtualmente escolarizada (**Tempo**, 2/7/88).

★ Cerca de 90% dos 650.000 habitantes não conseguem ler ou falar indonésio (**Kompas**, 23/6/88).

A proposta de Carrascalão desencadeou várias declarações dos membros do governo indonésio, algumas delas contraditórias. Assim, enquanto o comandante das FFAA, general Try Sutrisno afirma que o território nunca esteve fechado mas sim **"sob controlo"**, o ministro da Defesa e Segurança, general Murdani afirma que a ideia da abertura da "província" necessita de mais discussão visto que pode ter um impacto negativo. Murdani, em jeito de ameaça, afirma que **"o meu ministério e as FFAA não serão responsáveis pelas possíveis consequências negativas originadas pela abertura" (Jakarta Post**, 28/6/88). De acordo com Murdani, o território foi fechado para proteger a população de **"manipulações externas".**

As autoridades de Jacarta sentem-se entaladas entre dois fogos: de um lado o crescente descontentamento dos timores, em particular a juventude estudantil, pela descriminação de que são vítimas por parte dos indonésios (o próprio Carrascalão reconheceu publicamente este descontentamento ao confirmar a ocorrência duma manifestação em Dili de 300 estudantes, protestando contra o segregacionismo que os atinge no acesso ao ensino — **Tempo,** 27/8/88); do outro lado, a pressão internacional para a abertura do território, o que significa uma maior e mais rápida circulação da informação, um mais amplo conhecimento das práticas coloniais indonésias e da resistência dos timores a elas.

Ou seja, por motivos diversos, ambos os lados estão interessados na abertura. Mas é o antagonismo luta de libertação/opressão colonial que vai determinar os seus conteúdos e as suas formas. □

Director: António Pinto Pereira **Proprietário:** Comissão para os Direitos do Povo Maubere **Sede:** R. Pinheiro Chagas 77--2.º Esq. 1000 Lisboa, Tel. 57 47 18/54 13 08 **Execução Gráfica:** Gamatipo, Artes Gráficas, Lda. **Tiragem:** 1000 exemplares **Periodicidade:** mensal **Preço avulso:** 20$00 Assinatura anual: 300$00 Publicação inscrita na DGCS com o n.º 112 094 Depósito Legal n.º 25.317